

Segurança Social, I. P. (IGFSS, I. P.), a competência da Agência, I. P., para efetuar pagamentos do Fundo Social Europeu aos beneficiários das operações aprovadas pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, bem como ratificar todos os atos praticados pelo IGFSS, I. P. ao abrigo da presente delegação, desde 28 de dezembro de 2015.

3 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., *António José Costa Romanos Dieb*.

209556302

**Despacho n.º 6305/2016**

Nos termos conjugados da alínea *e*) do n.º 4 do artigo 3.º da Lei Orgânica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (Agência, I. P.), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro, do n.º 1 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 17 de janeiro, o Conselho Diretivo da Agência, I. P., reunido no dia 28 de março de 2016, deliberou delegar, no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS, I. P.), a competência da Agência, I. P., para efetuar pagamentos do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas aos beneficiários das operações aprovadas pelo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, bem como ratificar todos os atos praticados pelo IGFSS, I. P., ao abrigo da presente delegação, desde 16 de março de 2016.

3 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., *António José Costa Romanos Dieb*.

209556287

**ECONOMIA****Gabinete da Secretária de Estado do Turismo****Despacho n.º 6306/2016**

Atento o pedido de confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao Hotel NH Collection Porto Batalha (anteriormente denominado Palácio Batalha Hotel), de 4 estrelas, sito no Porto, de que é requerente a sociedade Palácio Batalha Hotel, Utilidades Turísticas, L.ª,

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I. P. que considera estarem reunidas as condições para a confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, confirmar a utilidade turística atribuída a título prévio ao Hotel NH Collection Porto Batalha;

2 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, fixar o prazo de validade da utilidade turística em 7 (sete) anos, contado da data do Alvará de Utilização n.º ALV/108/15/DMU, da Câmara Municipal do Porto, de 4 de fevereiro de 2015, ou seja, até 4 de fevereiro de 2022;

3 — Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de Fevereiro, determinar que a proprietária e exploradora do empreendimento fiquem isentas das taxas devidas à Inspeção-Geral das Atividades Culturais, pelo mesmo prazo fixado para a utilidade turística, caso as mesmas sejam, ou venham a ser, devidas;

4 — A utilidade turística fica, nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, condicionada à manutenção da classificação do empreendimento.

14 de abril de 2016. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

309516337

**Secretaria-Geral****Despacho n.º 6307/2016**

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 15301/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 254, de 30 de dezembro de 2015, com vista ao preenchimento do cargo de

Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, cargo de direção intermédia de 2.º grau da Secretaria-Geral da Economia.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Maria João Dias da Cruz Ferreira, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Divisão de Administração de Pessoal.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, a Licenciada Maria João Dias da Cruz Ferreira, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal.

2 de maio de 2016. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

**Nota Curricular de Maria João Dias da Cruz Ferreira****1 — Dados pessoais**

Nome: Maria João Dias da Cruz Ferreira  
Data de nascimento: 8 de abril de 1974.

**2 — Habilitações académicas**

2015 — Conclusão da fase curricular do Mestrado em Direito Administrativo.

2014 — Pós-graduação em “Direito e Prática da Contratação Pública”.

1999 — Licenciatura em Direito — Universidade Autónoma de Lisboa.

**3 — Outras Competências Profissionais:**

Diploma de Especialização em Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pessoas;

Curso de Formação de Formadores;

Conclusão do Estágio de Advocacia;

Curso de “Práticas Integradas de Gestão de Recursos Humanos”;  
Entrevista de Avaliação de Competências.

**4 — Experiência profissional:**

Desde 1 de outubro de 2015 até à data — Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, em regime de substituição, na Secretaria-Geral da Economia;

Desde 1 de novembro de 2012 até setembro de 2015 — Técnica Superior nas áreas de Recursos Humanos, Contratação Pública e apoio jurídico, na Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental;

De 1 de junho de 2009 a 31 de outubro de 2012 — Técnica Superior nas áreas de Recursos Humanos e dinamização de processos de natureza jurídica, no Agrupamento de Centros de Saúde do Ribatejo — Lezíria;

De 5 de junho de 2008 a 1 de junho de 2009 — Técnica Superior nas áreas de Recursos Humanos e formação, na Sub-Região de Saúde de Santarém;

De 8 de outubro de 2007 a 1 de março de 2008 — Responsável pelo serviço de pessoal na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

De 1 de fevereiro de 2005 a 8 de outubro de 2007 — Técnica Superior na Sub-Região de Saúde de Santarém, na área de Recursos Humanos e dinamização de processos de natureza jurídica.

**5 — Outra Atividades:**

Elaboração de documentos de normalização de procedimentos em matéria de recursos humanos.

Prestação de sessões de esclarecimento sobre os novos diplomas de recursos humanos, no âmbito das entidades empregadoras.

Frequência de vários cursos de formação diretamente relacionados com a gestão de recursos humanos, designadamente, Práticas Integradas de Gestão de Recursos Humanos, Diploma de Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pessoas, Regime Jurídico da Função Pública, Recrutamento e Seleção a aplicar nas Novas Carreiras, Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública, Aplicação de Recursos Humanos e Vencimentos, Direito Disciplinar na Administração Pública, Modalidades de Contrato Individual na Administração Pública e sua Prática Redatorial, Concurso de Pessoal na Administração Pública, novo Modelo de Gestão de Recursos Humanos

na Administração Pública, a Reforma na Administração Pública, Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Recrutamento e Seleção a aplicar na Novas Carreiras, Entrevista de Avaliação de Competências, a Proteção Social dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, Regimes de Mobilidade na Administração Pública: Aplicação Prática, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Regimes de Horários, Férias, Faltas e Licenças, Novo Código do Procedimento Administrativo para Juristas e Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos.

209555225

## Direção-Geral das Atividades Económicas

### Declaração de retificação n.º 472/2016

Para os devidos efeitos, declara-se que o procedimento concursal de recrutamento para seleção de um dirigente intermédio de 1.º grau para a Direção de Serviços da Sustentabilidade Empresarial da Direção-Geral das Atividades Económicas, tornado público no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de março de 2016, através do aviso n.º 3691/2016, e na Bolsa de Emprego Público no passado dia 18 de março de 2016, com o código de oferta OE201603/0261, saiu com uma incorreção no que se refere à composição do júri, pelo que se retifica que onde se lê:

«Presidente: Dr. Luís Gil Canha Campos, Diretor de Serviços dos Assuntos Europeus, da Direção-Geral das Atividades Económicas;»

deve ler-se:

«Presidente: Dr. Paulo Jorge Lopes Simões, Diretor de Serviços do Comércio, Serviços e Restauração, da Direção-Geral das Atividades Económicas;»

23 de março de 2016. — O Diretor-Geral, *Artur Manuel Reis Lami*.  
209555193

### Despacho n.º 6308/2016

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e, Lei 128/2015, de 3 de setembro, determino a cessação das funções como minha secretária pessoal a assistente técnica Ludovina Teresa Bastos Caldeira, ficando revogado o Despacho n.º 211/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro.

A referida cessação de funções produz efeitos retroativos a 22 de março de 2016.

29 de abril de 2016. — O Diretor-Geral, *Artur Manuel Reis Lami*.  
209555274

## Direção-Geral de Energia e Geologia

### Édito n.º 153/2016

#### Processo EPU n.º 13899

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral, sita em Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail [eletricos@dgeg.pt](mailto:eletricos@dgeg.pt), todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no "*Diário da República*", o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha de MT aérea a 30 kV (LI30-343-02-02-02), com 1544 metros, com origem no Apoio n.º 11 da Linha de MT a 30 kV (LI30-343-02-02-02) para Soberanas e término no Apoio n.º 14 da referida Linha de MT, para Soberanas (Modificação P11 — P15), freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

2016-04-13. — A Diretora de Serviços, *Maria José Espírito Santo*.  
309552317

### Édito n.º 154/2016

#### Processo EPU n.º 13844

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Grândola e na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral, sita em Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail [eletricos@dgeg.pt](mailto:eletricos@dgeg.pt), todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no "*Diário da República*", o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha de MT mista a 30 kV (ST30-09-33-03-03-02-01-02), com 3314.61 metros (troço aéreo — 3245.35 metros; troço subterrâneo — 69.26 metros), com origem no Apoio n.º 6 da Linha de MT a 30 kV (ST30-09-33-03-03-02-01) Courelas do Chaparral e término no Apoio n.º 10 da Linha de MT a 30 kV (ST30-71-07-01-04-01-03) Bicas (Variante Courelas do Chaparral — Bicas), União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra, concelho de Grândola, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

13-04-2016. — A Diretora de Serviços, *Maria José Espírito Santo*.  
309552536

### Louvor n.º 236/2016

No momento em que cessa funções no cargo de Diretor de Serviços de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos (DSRHG), é de conceder público louvor ao licenciado José Francisco Alcântara da Cruz pelo trabalho que desenvolveu durante cerca de 20 anos em cargos dirigentes no domínio dos recursos hidrogeológicos e geotérmicos na Direção-Geral de Geologia e Minas, no Instituto Geológico e Mineiro e atualmente na Direção-Geral de Energia e Geologia. O Dr. José Francisco Alcântara da Cruz desempenhou as funções públicas dirigentes, que lhe foram confiadas, sempre com elevado sentido de lealdade, dedicação responsabilidade e competência, destacando-se os profundos conhecimentos no âmbito da revelação e aproveitamento dos recursos hidrogeológicos e geotérmicos, sendo uma referência nacional neste domínio.

Por ser, pois, da mais elementar justiça, concedo-lhe público louvor pelos serviços prestados.

2 de maio de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida*.

209553516

## Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

### Aviso n.º 6086/2016

**Concurso externo de ingresso para admissão a estágio de dez estagiários para o provimento de dez postos de trabalho na categoria de inspetor de jogos, da carreira de inspetor superior de jogos, do mapa de pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.**

Pelo presente aviso, relativamente ao Concurso Externo de Ingresso para admissão a estágio de dez estagiários para o provimento de dez postos de trabalho na categoria de Inspetor da carreira de Inspetor Superior, do mapa de pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., aberto pelo Aviso n.º 12805/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 3 de novembro de 2015, torna-se público o seguinte:

1) A lista dos resultados obtidos pelos candidatos ao concurso em causa no método de seleção Prova de Conhecimentos, realizado no dia 09 de abril de 2016, e que faz parte integrante do presente Aviso;

2) Ficam os candidatos assinalados na lista acima referida como excluídos, notificados, ao abrigo do disposto no artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicável ao presente concurso por força da remissão do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, que é intenção do júri excluí-los do concurso para preenchimento dos postos de trabalho acima mencionados, e pelo motivo indicado, informando-se os mesmos de que dispõem de um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente Aviso, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, sobre a referida intenção de exclusão;

3) Os resultados da mesma encontram-se ainda afixados nas instalações da Direção de Recursos Humanos do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., sitas na Rua Ivone Silva, Lote 6 — Edifício AR-CIS — 11.º, em Lisboa, bem como disponíveis na página eletrónica do Instituto — <http://www.turismodeportugal.pt> e do Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos -<http://www.srij.turismodeportugal.pt>.

5 de maio de 2016. — A Diretora-Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.